



O ACOLHIMENTO DE MIGRANTES HAITIANOS EM CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - UM ESTUDO DE TOLEDO- PR

Aionã Vieira do Prado Kern ¹
Bruno Ferreira Campos ²

RESUMO

O presente trabalho completo busca refletir sobre o acolhimento de crianças imigrantes haitianas em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) de Toledo/PR, resultado do recorte de uma pesquisa de mestrado em curso. O estudo, de caráter qualitativo e exploratório, utilizou entrevistas semiestruturadas com gestores e educadores, além de revisão bibliográfica e análise de dados oficiais. A pesquisa revela que, apesar da legislação que garante o direito à educação para imigrantes, a prática escolar enfrenta desafios significativos. Os resultados apontam para três obstáculos principais: a barreira linguística, que impede a comunicação e a plena integração de alunos e famílias; a ausência de suporte estruturado, que transfere a responsabilidade do acolhimento diretamente para os educadores; e a dificuldade em lidar com as diferenças culturais, muitas vezes mascaradas pelo “mito da democracia racial”. Conclui-se que, para uma educação verdadeiramente inclusiva, são necessárias políticas públicas mais eficazes, formação contínua para os professores e um esforço coletivo para valorizar a diversidade cultural no ambiente escolar.

Palavras-chave: Imigração haitiana, Acolhimento, Educação intercultural.

RESUMEN

Este trabajo completo busca reflexionar sobre la acogida de niños inmigrantes haitianos en los Centros Municipales de Educación Infantil (CMEIs) de Toledo, Paraná, como parte de una investigación de maestría en curso. El estudio, de carácter cualitativo y exploratorio, utilizó entrevistas semiestructuradas con directivos y educadores, además de una revisión bibliográfica y el análisis de datos oficiales. La investigación revela que, a pesar de la legislación que garantiza el derecho a la educación para los inmigrantes, la práctica escolar enfrenta desafíos significativos. Los resultados señalan tres obstáculos principales: la barrera lingüística, que dificulta la comunicación y la plena integración de alumnos y familias; la ausencia de un apoyo estructurado, que transfiere la responsabilidad de la acogida directamente a los educadores; y la dificultad para abordar las diferencias culturales, a menudo ocultas bajo la influencia del "mito de la democracia racial". Se concluye que, para una educación verdaderamente inclusiva, se necesitan políticas públicas más eficaces, formación continua para los profesores y un esfuerzo colectivo para valorar la diversidad cultural en el entorno escolar.

¹ Mestranda do Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, aiona.kern@gmail.com;

² Professor orientador: Doutor, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, bruno.campos4@unioeste.br



Palabras clave: Inmigración haitiana, Acogida, Educación intercultural.

INTRODUÇÃO

O Brasil tem testemunhado um crescente número de imigrantes nos últimos anos, um processo observado em todos os estados da federação, em maior ou menor medida. Essa dinâmica populacional tem gerado demandas, direitos e desafios significativos para os mais diversos sistemas de proteção social e provisão de direitos na forma de serviços públicos. Dentre estes sistemas, inclui-se o educacional, sobretudo no que se refere ao acolhimento aos filhos das famílias imigrantes, que se encontram em idade escolar. Do ponto de vista mais restrito, o presente estudo debruça-se sobre a realidade concreta existente nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's, do município de Toledo/PR, sobretudo os que já possuem considerável número de crianças imigrantes e/ou filhos de imigrantes de nacionalidade haitiana matriculados.

Inserido no contexto de uma pesquisa mais ampla, que vem sendo realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) da Unioeste, campus de Marechal Cândido Rondon/PR, este trabalho completo tem como objetivo principal apresentar e discutir alguns dos resultados preliminares já alcançados através da pesquisa. Especificamente, focamos na percepção de gestores e educadores dos CMEIs sobre os complexos aspectos que permeiam a promoção do acolhimento de crianças imigrantes haitianas, a partir de dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. Buscando responder a seguinte indagação: qual o papel da escola no acolhimento destas crianças imigrantes? Para tanto, a pesquisa se baseou em uma abordagem metodológica qualitativa e exploratória, combinando a revisão bibliográfica com a análise de alguns dados coletados em campo.

A coleta de dados incluiu também a análise de fontes documentais e estatísticas oficiais de órgãos como o IBGE e a Prefeitura de Toledo, bem como entrevistas semiestruturadas com representantes do poder público (Secretaria de Desenvolvimento Humano), da sociedade civil (Embaixada Solidária) e ao longo do texto, serão discutidas os três principais pontos que foram levantados durante as entrevistas pelas educadoras e equipe gestora, sendo estes a) barreira linguística; b) a ausência de suporte estruturado e c) o desafio de se trabalhar com as diferenças culturais.

A pesquisa se justifica diante do cenário de aumento de matrículas de alunos de outras nacionalidades nas escolas públicas brasileiras. Segundo o Censo Escolar de 2016, realizado



pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2008, foram 34 mil matrículas registradas de imigrantes ou refugiados, enquanto em 2016 o dado saltou para quase 73 mil. Atualmente, 1,3 milhões de imigrantes moram no Brasil e cerca de 122.900 imigrantes foram matriculados na rede básica de ensino no ano de 2021 (Camargo, 2021). Diante disto, houve a necessidade de implantar um conjunto de legislações que assegurem o direito à educação de imigrantes e refugiados, como por exemplo, a Lei dos Refugiados (artigos 43º e 44º), que garante que a falta de documentos não pode impedir o acesso ao ensino, conforme Souza (2018).

Dados do Censo de 2016 afirmam que estes estudantes imigrantes, em sua grande maioria, são acolhidos pela rede pública de ensino, porém, as redes públicas de ensino oferecem poucos direcionamentos sobre como os trabalhos pedagógicos devem ser realizados ou como deve ser o acolhimento desse público específico (Souza, 2018). O acolhimento e aproximação destas famílias imigrantes mostra-se de extrema importância tanto para os membros da sociedade, já desde antes presentes no país em questão, quanto para os que migraram recentemente, muitas vezes levados a deixar seu país de origem após graves violações de seus direitos, conforme afirma matéria do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP em 2023 (Caixeta, 2021).

Estes, em sua grande maioria, vêm para o Brasil trazendo sua família, buscando novas oportunidades de recomeço e, estas crianças, filhos destes imigrantes, ao serem atendidas nas unidades escolares representam um desafio para a equipe pedagógica e comunidade escolar como um todo. Problemas de adaptação devido a comunicação, a alimentação e até mesmo, preconceito por parte de alguns devido a cor da pele, são situações vistas frequentemente nos espaços escolares. Diante deste cenário de crescente aumento de alunos imigrantes no território brasileiro, observou-se necessário a realização da pesquisa.

Neste sentido, a pesquisa se volta para a realidade de Toledo, Paraná. Embora o município não possua dados sistematizados sobre a quantidade de alunos imigrantes na Rede Municipal de Ensino, um levantamento manual realizado para o estudo revelou a existência de 197 crianças imigrantes de origem haitiana matriculadas em 30 CMEIs. Dessa forma, este artigo busca discutir sobre alguns pontos que essa realidade impõe, com o intuito de fazer refletir sobre a importância do tema e, futuramente, contribuir com sugestões para políticas públicas.

METODOLOGIA



Do ponto de vista metodológico, inicialmente foram realizadas revisões bibliográficas, identificando os principais autores, teorias e metodologias acerca desta temática. Nesta etapa de revisão bibliográfica entrou-se em contato com os escritos de Castro (2006) e Santos (2000), nos quais tem-se buscado compreender o processo de globalização que possui ligação direta com a mobilidade vista na contemporaneidade, Tolhati et al. (2024); Jesus (2020); Handerson (2015) buscando compreender os processos migratórios e seus impactos, além de clarificar os processos e facetas da migração Haitiana. Tem-se perseguido também realizar a leitura de autores como Furman (2020); Candau (2012); Vendramini e Perocco (2023); Gomes (2012) que tem possibilitado a reflexão acerca do acolhimento de crianças imigrantes no âmbito escolar, dentre outros autores que são relevantes e tratam do objeto pesquisado.

Após delimitar os objetivos do projeto de pesquisa, foram realizadas buscas em sites oficiais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, ACNUR e Prefeitura Municipal de Toledo com intuito de buscar dados quantitativos do número de imigrantes pelo mundo, Brasil e Toledo, através do acesso de fontes documentais oficiais.

Optou-se também por realizar uma pesquisa de campo, com caráter exploratório, pois este tipo de abordagem foca na investigação empírica com o objetivo de aumentar a familiaridade do pesquisador com um fenômeno. Como nesta pesquisa busca-se estudar um grupo específico de imigrantes haitianos que se relacionam com CMEIs, optou-se por esta metodologia. Conforme explica Lakatos e Marconi (2003):

A vantagem do método consiste em respeitar a "totalidade solidária" dos grupos, ao estudar, em primeiro lugar, a vida do grupo na sua unidade concreta, evitando, portanto, a prematura dissociação de seus elementos. São exemplos desse tipo de estudo as monografias regionais, as rurais, as de aldeia e, até, as urbanas. (Lakatos; Marconi, 2003, p.108)

Para a realização dessa pesquisa de campo, foi escolhido como instrumento para coletas de dados as entrevistas semi estruturadas, com a finalidade de buscar a compreensão sobre os aspectos que permeiam a promoção do acolhimento de crianças migrantes haitianas nos CMEIS. Com isso foram elaboradas perguntas para serem feitas a Secretaria de Desenvolvimento Humano do Município de Toledo para que se tivesse uma visão do poder público municipal sobre a temática pesquisada. A entrevista foi realizada com a então Secretária de Desenvolvimento Humano e a então Coordenadora da pasta de Imigração da referida secretaria.



Outra ação realizada na pesquisa de campo foram entrevistas com a fundadora da Embaixada Solidária (entidade sem fins lucrativos) e o advogado da entidade, que atendem todo o público migrante da região, além de dar suporte ao poder público municipal e privado nas questões que envolvem imigração, tais como: cursos, traduções, assessoramentos e mediações. Estas entrevistas foram de suma importância, por contribuir na elucidação de como os processos migratórios são tratados em Toledo pela gestão pública municipal e sociedade civil, evidenciando os motivos e como se organizam legalmente, estes que aqui chegam, muitas vezes, apenas com a roupa do corpo, conforme relatado nas entrevistas.

Figura 1 – Sede da Embaixada Solidária, entidade sem fins lucrativos que atende imigrantes em Toledo e região.



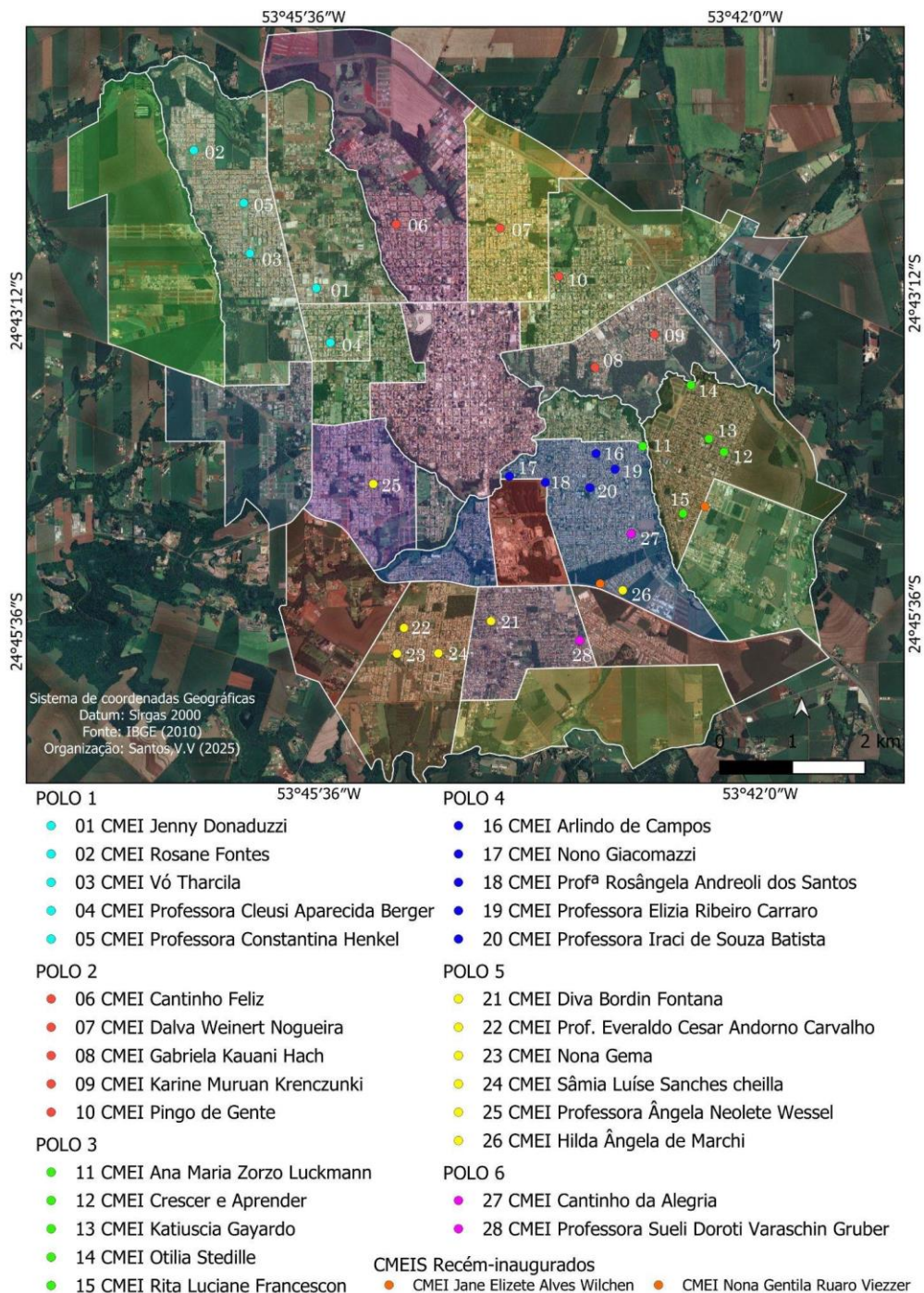
Fonte: a autora, 2025

Como ação da proposta do projeto de pesquisa, foram realizadas visitas presencialmente em 6 CMEIs previamente escolhidos. Ao todo são 30 CMEIs distribuídos no município de



Toledo, separados em 6 polos, como pode ser observado na Figura 2, mapa elaborado para a pesquisa.

Figura 2 – Mapa dos CMEIs do Município de Toledo-PR, separados por polos.

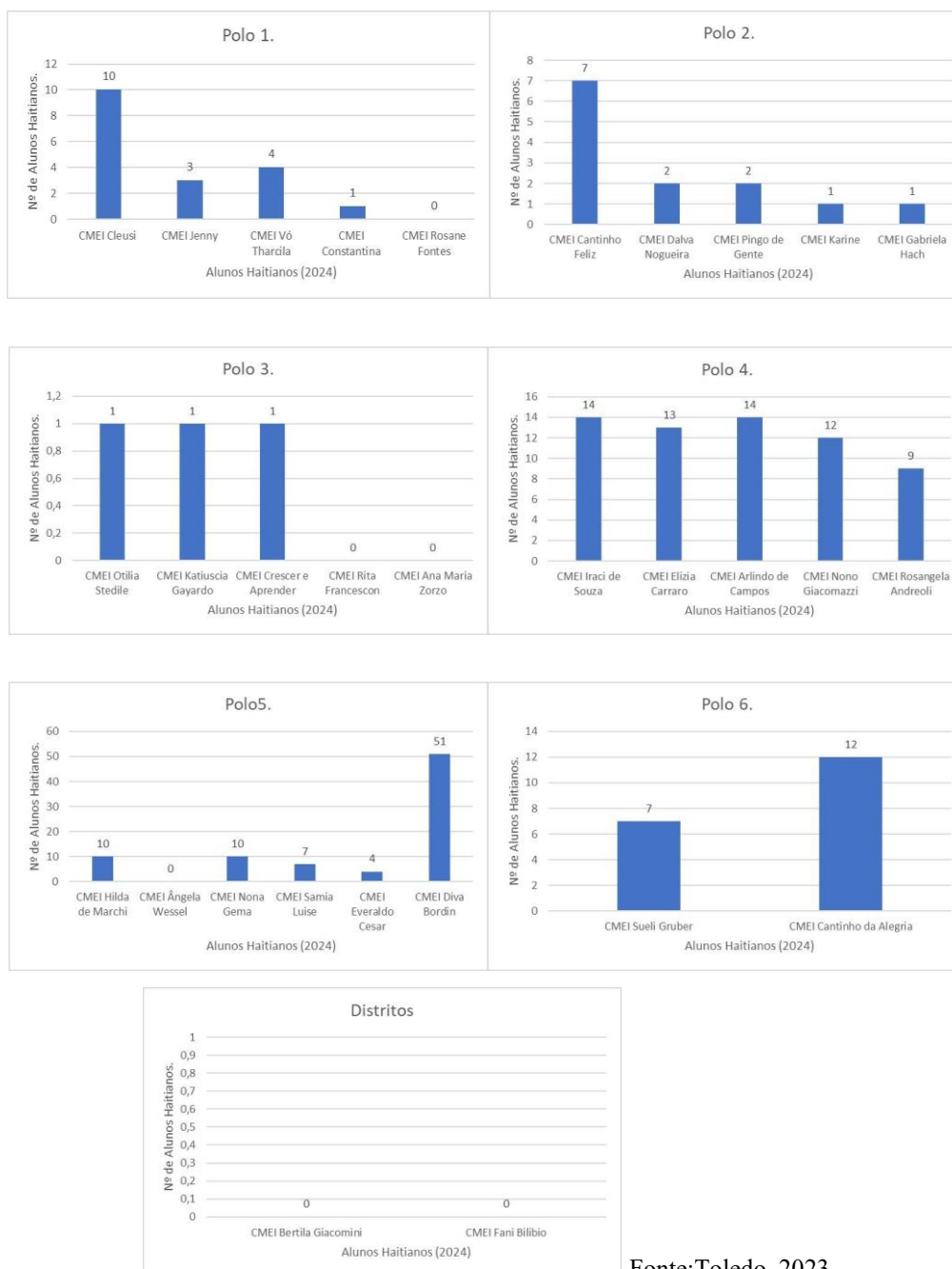


Fonte: Santos, 2025

Foi escolhido 1 CMEI de cada polo para ser pesquisado, tendo como critério de escolha o CMEI com o maior número de crianças migrantes matriculadas conforme dados do ano de



2024, fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação. Conforme pode ser observado nas figuras dos polos abaixo:



Fonte: Toledo, 2023

Outra ação da pesquisa foi entrevistar as diretoras e coordenadoras dos espaços educacionais selecionados para a pesquisa a fim de compreender em quais condições se dá a promoção de políticas públicas escolares no município, bem como entrevistas com alguns professores, com intuito de compreender a visão das educadoras com relação às problemáticas relacionadas a estes alunos imigrantes, suas dificuldades, e como é realizado o acolhimento destes.



Como ação futura da pesquisa, serão realizadas entrevistas semi estruturadas com famílias imigrantes haitianas que frequentam os CMEIs escolhidos, previamente selecionadas pelas educadoras, buscando evidenciar suas necessidades, seus motivos para vir ao Brasil, suas dificuldades, sua realidade e, principalmente, sua visão com relação ao acolhimento que recebem nos espaços educacionais.

Os dados coletados, que incluem as perspectivas do poder público, de organizações da sociedade civil e das próprias equipes pedagógicas, estão sendo analisados qualitativamente, pois, conforme afirma Almeida (2021, p. 23), este método de análise é fundamental porque "observa, analisa e interpreta os dados com base numa visão psicossocial", permitindo que a pesquisa vá além dos números para compreender a complexidade das relações entre os sujeitos e a realidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A intensificação dos fluxos migratórios nas últimas décadas é um reflexo direto da globalização e das profundas disparidades socioeconômicas (Santos, 2000; Castro, 2006). O conceito de globalização, embora muitas vezes banalizado, tem um significado crucial. Inicialmente, o termo foi lançado por Theodore Levitt em 1983 para descrever a estratégia de empresas que buscavam vender produtos padronizados globalmente (Foucher, 2009). Contudo, em essência, a globalização pode ser definida como um processo que busca transformar todo o planeta em um único espaço (Castro, 2006).

Este processo, na verdade, não é novo, mas sim uma continuidade da expansão do modo de produção capitalista em âmbito global (Santos, 2000). A partir de meados do século XX, e especialmente após a Guerra Fria, a disseminação do neoliberalismo, combinada com os avanços em transportes e comunicação, permitiu a conexão instantânea entre diferentes partes do mundo. Segundo Castro (2006, p. 47), essa nova ordem mundial é caracterizada pela interação "muito mais livre e flexível" de grandes corporações, organizações supranacionais e blocos regionais.

Entretanto, Milton Santos (2000) argumenta que a globalização não pode ser vista apenas como uma "fábula" de integração e facilidades. Ele faz uma dura crítica, revelando a globalização como perversidade, pois ela promove o aumento da desigualdade tanto dentro de um mesmo país quanto entre nações. O autor utiliza o exemplo de que os Estados Unidos da



América, que antes eram 16 vezes mais ricos que a Tanzânia, se tornaram 32 vezes mais ricos trinta anos depois. Além disso, essa "integração" também pode levar à xenofobia e ao preconceito. A globalização, portanto, é um processo contraditório que, ao mesmo tempo em que aproxima, afasta aqueles que não têm acesso às suas ferramentas e benefícios.

Em uma sociedade cada vez mais globalizada, os fluxos migratórios internacionais impactam significativamente os Estados nacionais. O Brasil, historicamente miscigenado e conhecido por seu acolhimento, tornou-se um destino relevante para imigrantes de diversas nacionalidades. O cenário se intensificou de forma particular com a chegada de haitianos após o terremoto de 2010. No entanto, essa migração não se deve apenas ao desastre natural; ela foi impulsionada por uma combinação de fatores, como a busca por melhores condições de vida, crises políticas e a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti - MINUSTAH (Handerson, 2015; Oliveira, 2022; Jesus, 2020).

A chegada desses imigrantes impôs ao Brasil a necessidade de rever suas políticas de acolhimento e integração. A Lei da Migração (Lei nº 13.445/2017), por exemplo, assegura o direito à educação para todos, independentemente da documentação (Souza, 2018). No Paraná, a Deliberação nº 09 de 2001 garante a matrícula, mas deixa a cargo às instituições de ensino as estratégias de acolhimento e organização (Furman, 2020; Oliveira, 2022). Essa delegação resulta em uma lacuna importante, pois as adequações em sala de aula "ficam por conta de cada professor e equipe pedagógica" (Oliveira, 2022, p. 17). Essa falta de direcionamento, conforme constatado nas entrevistas realizadas com as diretoras e educadoras de seis CMEIs em Toledo, revela que a capacitação de professores sobre a inclusão de estudantes estrangeiros, prevista na própria Deliberação, ainda é uma necessidade.

Nesse contexto, a escola se mostra como um espaço de cruzamento de culturas, fluido e complexo, conforme afirma Candau (2012). Existe uma relação indissociável entre educação e cultura, pois "não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa" (Candau, 2012, p. 13). A presença de crianças imigrantes "desafia os educadores a uma difícil, mas necessária, tarefa, em direção a uma real universalização dos conhecimentos humanos a partir da particularidade do contexto de vida dos estudantes" (Vendramini e Perocco, 2023, p. 15).

Portanto, o processo educacional assume um papel indispensável na formação de pessoas capazes de lutar contra os preconceitos, as discriminações e a violência contra aqueles



que possuem uma cultura diferente (Torres, 2022). Os educadores têm a função de combater o preconceito e a discriminação, focando na formação de cidadãos e sujeitos de direitos, como destaca Gomes (2012). Candau (2012) reforça essa ideia afirmando que: “Se quisermos potencializar os processos de aprendizagem escolar na perspectiva da garantia a todos/as do direito à educação teremos de afirmar a urgência de se trabalhar as questões relativas ao reconhecimento e à valorização das diferentes culturas nos contextos.” (Candau, 2012, p. 3).

As crianças, desde o nascimento, buscam conquistar seu espaço, e esses espaços vão além do círculo familiar. Conforme explica Callai (2005), ao caminhar, brincar e correr, a criança interage com um espaço social, ampliando sua percepção e compreendendo a complexidade do mundo. A presença de alunos imigrantes haitianos nos CMEIs transforma a realidade desses espaços e a noção de espaço que as crianças constroem socialmente. Caso surjam conflitos ou problemáticas, os educadores precisam percebê-los e trabalhar os conceitos com as crianças (Callai, 2005).

No entanto, a atuação dos educadores não se limita a resolver conflitos. Eles têm a função primordial de ensinar os conteúdos que o currículo determina. Segundo Forquin (2000, p. 48), o currículo pode ser descrito como “Tudo que é suposto de ser ensinado ou aprendido, segundo uma ordem determinada de programação”. Estes currículos, tanto na esfera municipal quanto na estadual e federal, têm a função de representar os reais anseios e desejos de superação no campo educacional.

A lei número 9.394/96 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), por exemplo, já garantia, em seu artigo 26, § 1º, que o ensino de História e Cultura do Brasil e do Afro-Brasileira e Africana seria obrigatório nos currículos (Brasil, 1996). Posteriormente, essa determinação foi reforçada pela Lei nº 10.639/2003, que incluiu a obrigatoriedade da temática no currículo oficial da rede de ensino, visando o reconhecimento e a valorização da herança cultural africana (Brasil, 2003).

Apesar da relevância e da importância deste tema para a formação cidadã, Vasconcellos e Carvalho (2017) apontam que alguns professores ainda não incorporam em suas práticas pedagógicas a temática étnico-racial ou não buscam relacionar os conteúdos com a vida dos educandos, dificultando o processo de aprendizagem. Esse cenário de desvalorização das identidades culturais e da falta de aprofundamento sobre a temática do racismo pode ser reflexo do “mito da democracia racial”, que, conforme Vieira (2023), sustenta a falsa ideia de que o



Brasil não tem preconceito, invisibilizando as lutas e as discriminações enfrentadas por grupos como os imigrantes.

Com base na fundamentação teórica exposta acima que abordou os fluxos migratórios, as políticas de acolhimento, educação e cultura, o presente estudo tem avançado para a análise dos dados coletados até aqui com a referida pesquisa. A próxima seção apresentará alguns resultados evidenciando as principais dificuldades encontradas pelas educadoras como a barreira linguística, a ausência de suporte estruturado e o desafio de se trabalhar com as diferenças culturais. Os dados serão discutidos à luz do referencial teórico, a fim de identificar pontos de encontro e desencontro, e de responder à questão central que norteia esta investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de ainda estar em processo de coleta de dados, o que se pode observar até o momento da pesquisa foi o papel central da escola nestes debates sobre imigração e inclusão (Tolhati et al., 2024). Nessa perspectiva, da escola como espaço fundamental de integração e socialização, onde as crianças adquirem as ferramentas para participar ativamente da sociedade (Tolhati et al., 2024), os resultados das entrevistas com a direção e coordenação dos CMEIs de Toledo tem revelado um obstáculo primordial a essa função no contexto da inclusão de crianças imigrantes haitianas: a barreira linguística.

Essa dificuldade de comunicação, conforme evidenciado pelas falas dos gestores, impacta diretamente a capacidade da escola de promover a plena integração e o desenvolvimento social desses alunos. A dificuldade de comunicação entre as crianças, os educadores e, por vezes, as famílias, emerge não apenas como um obstáculo prático para as atividades pedagógicas e a aprendizagem de conteúdos, mas também como um fator que impacta a socialização e a construção de vínculos e compreensão da realidade destas famílias e cultura na qual estão inseridos.

Observou-se que a ausência de um suporte linguístico estruturado e específico para este público contribui para as dificuldades de interação plena com a escola, ecoando as discussões de Santos e Mendes (2004) sobre a importância do desenvolvimento de ambas as línguas (materna e de acolhimento) para o sucesso acadêmico e social de crianças bilíngues (Furman, 2020). Quando os professores foram questionados sobre as dificuldades encontradas



em sala de aula com os alunos imigrantes filhos de haitianos, a grande maioria respondeu situações relacionadas a comunicação, como pode ser observado no recorte abaixo:

“Sim. Às vezes, sim. Algumas dificuldades. Porque vem da família. A gente acha que eles confundem um pouco a questão da língua mesmo. Porque tem crianças que em casa só falam o crioulo. E aí, chega aqui, é só o português. E tem muitas mães, principalmente, que não falam nadinha o português. Então, a gente tem dificuldade às vezes com as crianças. E a gente tem bastante dificuldade com algumas.”
(Entrevistada 6, informação verbal)

Esta dificuldade relacionada à comunicação em português, principalmente em casa, fica evidente nas entrevistas, sobretudo com a figura materna, que, segundo os entrevistados apresentam maior dificuldade na comunicação com o português, mesmo estando no Brasil a um certo tempo (anos), discussão esta também observada por Jesus (2020) “enquanto as mulheres haitianas se manifestam quase exclusivamente em creóle, mesmo passados vários anos no Brasil” (Jesus, 2020 p. 22). Esta dificuldade acaba comprometendo os trabalhos realizados em sala de aula ou a efetiva integração da criança nas atividades escolares, conforme pode ser observado no trecho de uma das entrevistas realizadas na pesquisa “A nossa dúvida é sempre se eles compreenderam o que a gente pediu, né?” (Entrevistada 18, informação verbal).

A barreira linguística emerge como um dos principais obstáculos para o acolhimento eficaz das crianças haitianas, revelando uma profunda lacuna entre a legislação e a prática pedagógica. Embora a Lei da Migração (Lei nº 13.445/2017) e a Deliberação do Paraná (nº 09/2001) garantam o direito à educação e à matrícula, a ausência de um suporte linguístico estruturado e de políticas de formação continuada para os educadores transfere a responsabilidade do acolhimento diretamente para a escola e, em última instância, para o professor. Como pode ser evidenciado nos relatos a seguir: “É que na verdade falta muito amparo para a gente né? Eu acredito. (...) São dificuldades que não tem, não tem aparato nenhum. (Entrevistada 15, relato verbal), ou ainda “(...) muitas vezes a gente não tem uma preparação inicial, nós não estamos preparados para receber, a gente se depara e busca o com conhecimento, né? Até então a gente fica perdido, até encontrar um meio de conseguir lidar com a família, com a criança. (Entrevistada 20, informação verbal).

Essa delegação de responsabilidade gera um cenário de incerteza e insegurança. Professores e gestores expressam uma constante "dúvida se eles [os alunos] compreenderam o que a gente pediu", conforme relato da Entrevistada 18, refletindo a dificuldade de promover a integração plena dos alunos na rotina escolar e a aprendizagem de conteúdos. Essa realidade vem de encontro a análise de Furman (2020) e Oliveira (2022) de que as adequações pedagógicas ficam "por conta de cada professor e equipe", o que, na prática, se mostra



insuficiente para atender às necessidades específicas desse público. A falta de comunicação, especialmente com as mães que, segundo os entrevistados e também abordado por Jesus (2020), mantêm o uso do crioulo haitiano, compromete a parceria entre família e escola, dificultando a compreensão mútua e o suporte necessário ao desenvolvimento da criança.

Outra categoria importante a ser discutida, evidenciada pela pesquisa, diz respeito às diferenças culturais e seus impactos no ambiente escolar. As práticas cotidianas, os hábitos alimentares e as formas de interação social trazidas pelas crianças haitianas, embora representem uma riqueza para o ambiente multicultural, por vezes geram ruídos na comunicação e demandam dos educadores uma postura sensível e informada.

Essas diferenças culturais, embora reconhecidas como um fator de enriquecimento, representam um desafio prático para a equipe pedagógica. Embora os professores de Educação Infantil demonstrem consciência da importância da temática étnico-racial, afirmando a necessidade de "começar ali, né? Na base, pra quem sabe ter um futuro de pessoas melhores" (Entrevistada 11), há uma lacuna entre essa percepção e a sua efetiva aplicação no cotidiano escolar. A maioria dos entrevistados admitiu trabalhar o tema de forma superficial ou, em alguns casos, não ter o preparo necessário para abordá-lo. Quando questionadas qual a familiaridade das educadoras com as temáticas étnico raciais, o recorte de entrevista abaixo exemplifica bem a maioria esmagadora das respostas:

Entrevistada 12: Baixa. Entrevistada 11: É, acho que é uma coisa que a gente não busca, às vezes, mais quando realmente necessário. A gente precisa entender tal situação, aí a gente vai dar uma pesquisada, mas é uma coisa que a gente realmente não busca.

Entrevistada 12: Só quando aparece a situação. Entrevistada 11: Não é uma coisa que a gente busca, né? Deveria, mas não é uma coisa que a gente vai lá pesquisar. (Entrevistas 11 e 12, informações verbais)

Essa discrepância não é um problema isolado, mas um reflexo da complexidade que cerca o tema. Conforme apontam Vasconcellos e Carvalho (2017), muitos educadores ainda não integram a temática étnico-racial em suas práticas, falhando em conectar os conteúdos com a realidade dos alunos. Essa dificuldade se mostra ainda mais preocupante quando analisada sob a perspectiva do "mito da democracia racial", um conceito que, segundo Vieira (2023), sustenta a falsa ideia de que o Brasil é livre de preconceitos. Ao invisibilizar o racismo e as discriminações, esse mito contribui para que as questões de pertencimento cultural e as dificuldades enfrentadas por crianças imigrantes, como as haitianas, não sejam tratadas de forma profunda e efetiva nas escolas. Assim, o acolhimento, que deveria ser um ato de



valorização da diversidade, é muitas vezes comprometido por uma falta de conhecimento e por um contexto social que minimiza o problema.

Isso evidencia a lacuna entre a importância do tema e a sua efetiva aplicação na prática pedagógica, tornando clara a necessidade de uma análise mais aprofundada dos currículos e de ações que possam apoiar os professores nesse desafio. Evidenciando a necessidade de um currículo e de práticas pedagógicas que incorporem a diversidade cultural, promovendo o respeito e a valorização das diferentes origens, valorizando a educação intercultural como ferramenta para o combate ao preconceito, conforme reforçam as teorias de Candau (2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais da pesquisa realizada nos Centros Municipais de Educação Infantil de Toledo/PR, ao investigar a percepção de gestores e educadores sobre o acolhimento de crianças imigrantes haitianas, tem revelado uma realidade complexa e multifacetada, marcada por uma profunda lacuna entre a legislação e a prática pedagógica. Os resultados preliminares apontam para a urgência de se repensar o modelo de acolhimento nas escolas brasileiras, destacando a necessidade de suporte estruturado e políticas de formação contínua e direcionamento aos educadores.

Uma das principais conclusões do estudo é que a barreira linguística se mostra como o principal obstáculo dentro dos espaços educativos. A ausência de apoio e a dificuldade de comunicação com as famílias, especialmente com as mães, comprometem não apenas o processo de ensino-aprendizagem, mas também a construção de vínculos sociais essenciais. Essa situação, como demonstrado pelas entrevistas, sobrecarrega os educadores e gera um cenário de incerteza, reforçando a análise de que as adequações pedagógicas ficam a cargo de cada profissional, o que se mostra insuficiente, ainda mais por estar dentro de uma rede de ensino.

Outro ponto importante identificado pelos processos de pesquisa realizadas até esta etapa, é a falta de preparo para lidar com as diferenças culturais. Embora os educadores demonstrem ter consciência da importância da diversidade, a pesquisa aponta que a abordagem da temática étnico-racial ainda é superficial e reativa, realizada apenas quando situações específicas aparecem. Essa situação está diretamente ligada à influência do "mito da democracia

racial", que, ao invisibilizar o racismo e as discriminações, impede que a escola atue de forma proativa na valorização da diversidade cultural, como preconizado pelos autores.

Por fim, o presente estudo demonstra ter contribuído para a reflexão sobre o papel transformador da escola no acolhimento de imigrantes, ao mesmo tempo que chama a atenção sobre os desafios práticos que ainda persistem. A superação desses obstáculos exige não apenas a revisão de currículos, mas um esforço coletivo para desconstruir preconceitos e construir uma educação que seja verdadeiramente inclusiva, valorizando cada história e cultura no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ítalo D'Artagnan. **Metodologia do trabalho científico**. Recife, PE: Coleção Geografia, 2021. 51 p.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [L9394](#) Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 7 ago. 2025.

CAIXETA, Sebastião: CNMP destaca importância do acolhimento a pessoas forçadas a deixar seus países no Dia Mundial do Refugiado. Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, Brasília, DF. 20 jun. 2021. Disponível em: [CNMP destaca importância do acolhimento a pessoas forçadas a deixar seus países no Dia Mundial do Refugiado - Conselho Nacional do Ministério Público](#) Acesso em: 04 ago. 2025

CAMARGO, Marcelo. Número de novos imigrantes cresce 24,4% no Brasil em 10 anos. Repórter da Agência Brasil, publicado em 07 dezembro de 2021, atualizado em 07/12/2021 às 18:38. Disponível em: [Número de novos imigrantes cresce 24,4% no Brasil em dez anos | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](#) Acesso em: 21 abri. 2024

CALLAI, Helena Capetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005

Disponível em: [SciELO - Brasil - Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental](#) Acesso em: 21/08/2025



ENANPEGE

XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012 235 Disponível em: [Rev118_Completa16x24_01062012_Gr.fica.indd](#). Acesso em: 21 abri. 2025.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política Território, Escalas de ação, e instituições: Introdução Pensar a geografia política do século XXI**. Rio de Janeiro - Rio de Janeiro: Editora DFL, 2006. 300 p.

FORQUIN, Jean-Claude: O currículo entre o relativismo e o universalismo* Disponível em: scielo.br/j/es/a/njxtpj9s6CdQHvd4wyyRKYS/?format=pdf Acesso em: 21/08/2025

FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras**. Tradução de Cecília Lopes. São Paulo-SP: Radial Livros, 2009. 216 p.

FURMAN, Alan Daniel Cavalcante. CRIANÇAS HAITIANAS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO PARANÁ. In: **Anais XI Seminário Nacional Sociologia & Política**. Anais.Curitiba(PR) UFPR, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/11snsp/235480-CRIANCAS-HAITIANAS-NA-REDE-PUBLICA-DE-ENSINO-DO-PARANA>. Acesso em: 21 abri. 2025

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 2024. Toledo: IBGE,2024. Disponível em: [Tabela 6579: População residente estimada](#) . Acesso em: 04 ago. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Desigualdades e diversidade na educação Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 687-693, jul.-set. 2012 Disponível em: [SciELO - Brasil - Desigualdades e diversidade na educação Desigualdades e diversidade na educação](#) Acesso em: 20/08/2025

HANDERSON, Joseph. **Diáspora. As dinâmicas da mobilidade no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. Rio de Janeiro, Dourados, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2015. 430 f. (Tese, doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional).

JESUS, Alex Dias de. **Redes Da Migração Haitiana No Mato Grosso Do Sul**. Dourados, Universidade Federal da Grande Dourados, .2020. 313 f. (Tese, doutorado em Geografia).

LAKATOS, Eva Maria 1. MARCONI, Mariana de Andrade 2. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2003. 310 p.

OLIVEIRA, Francisco Leandro de. **Acolhimento e integração de crianças refugiadas em escolas públicas de região de fronteira trinacional: um estudo de caso**. Foz do Iguaçu, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, .2022. 135 f. (Dissertação, mestrado em Estudos Latino-americanos).

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação do. **Deliberação nº 09/2021, de 29 de novembro de 2021**. Dispõe sobre a matrícula de ingresso, por transferência e em regime de progressão parcial; o aproveitamento de estudos; a classificação e a reclassificação; as adaptações; a revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior e a regularização da vida escolar em instituições que ofertem Educação Básica nas suas diferentes modalidades, no âmbito do



Sistema Estadual de Ensino do Paraná. E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 18.098.335-0
Disponível em: [*Parana-Deliberacao-09-2021_Conselho-Estadual-de-Educacao.pdf](#) Acesso
em: 07 ago. 2025.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 196 p.

SANTOS, Zilanezia Rocha¹; MENDES, Lenilza². **A educação Intercultural e o português como língua de acolhimento: proposta para o contexto brasileiro**. Horizontes de linguística aplicada, cidade de publicação, v. 23, n. 1, AGB, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rhla.v23i1.54818>. Acesso em: 21 abri. 2025.

SOUZA, Ludmilla. Estudantes imigrantes aumentam 112% em oito anos nas escolas brasileiras. Repórter da Agência Brasil, Brasília - DF. 20 fev. 2018. Disponível em: [Estudantes imigrantes aumentam 112% em oito anos nas escolas brasileiras | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](#) Acesso em: 21 abr. 2024

TOLEDO, Secretaria Municipal de Educação: Programa Escola Acolhedora, Toledo: 2023

TONHATIL, Tânia¹; FUSARO, Karin de Pecsí e²; HERRERAS, Miliana Ubiali³; CAVALCANTI, Leonardo⁴. **Práticas Pedagógicas de Inclusão de Migrantes e Refugiados em Escolas Brasileiras**. Educ. Soc., Campinas, v. 45, e270236, 2024. Disponível em: scielo.br/j/es/a/FGRxtH4fRbnfqXrrHsTVcfr/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 21 abri. 2025.

TORRES, Valmir Rogério. Multiculturalismo na educação infantil: motivo de oportunidade ou obstáculo na formação das crianças? **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 07, Ed. 01, Vol. 01, pp. 18-29. Janeiro de 2022. ISSN: 2448-0959, Disponível em:

[Multiculturalismo na educação infantil: motivo de oportunidade \(nucleodoconhecimento.com.br\)](#)

VASCONCELOS, Carlos Alberto. CARVALHO, Diana Mendonça de. Contextualizando o ensino de geografia na educação infantil. In: IX FÓRUM NACIONAL NEPEG DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA, 2017. Disponível em: [GT2_17_Contextualizando-o-ensino-de-Geografia-na-educacao-infantil.pdf \(nepeg.com\)](#) Acessado em: 27/04/2024

VENDRAMINI, Célia Regina. PEROCCO, Fábio. A escola é para todos? As contradições em torno da presença de estudantes imigrantes nas escolas italianas. **REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, SC, Brasil.2023. v. 31, n. 69, p. 23-39. dez. 2023.

VIEIRA, Rafael. Análise do mito da democracia racial a partir de Frantz Fanon e Sueli Carneiro. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**. Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 31, 2023. DOI:10.15848/hh.v16i41.1946. Disponível em: [Análise do mito da democracia racial a partir de Frantz Fanon e Sueli Carneiro | História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography](#) Acesso em: 14 de ago. 2025.